

Vila dos Pescadores em Vila Bela da Santíssima Trindade-MT: formação e (re) organização socioeconômica no Espaço-Tempo**Village of Fishermen in Vila Bela da Santíssima Trindade-MT: composition and socioeconomic (re) organization in space-time**João Carlos da Silva¹José Carlos de Oliveira Soares²Aumeri Carlos Bampi³**Resumo**

O modo como as pessoas se apropriam e se organizam no espaço não é desassociado dos atributos naturais que as cercam, assim como dos elementos socioculturais e históricos que as constituem. Neste sentido, natureza e atributos culturais são variáveis imprescindíveis para a compreensão das formas de apropriação e dos modos de vida das pessoas no espaço. A partir desse contexto, este estudo teve como objetivo analisar os vínculos e as relações socioespaciais estabelecidas pelos moradores da Vila dos Pescadores, localizada na margem direita do Rio Guaporé, em Vila Bela da Santíssima Trindade-MT, para então verificar o papel desempenhado pelo ritmo das águas do Rio no desencadeamento dos aspectos socioeconômicos dessa comunidade. Como procedimento metodológico, caminhou-se pelo seguinte roteiro: a) fundamentação teórica realizada por meio de uma revisão bibliográfica que delineou pesquisas plausíveis para a sustentação dessa discussão; b) realização de entrevistas com tomadas orais e questionários abertos; c) observação participante, inserindo-se na realidade dos moradores e tomando impressões. Os resultados apontaram que, na Vila dos Pescadores, o Rio Guaporé se constitui como o principal articulador do modo de vida individual e comunitário. Portanto, a sazonalidade do regime das águas interfere diretamente no modo como os moradores organizam suas relações socioculturais e econômicas nessa espacialidade, visto que os atributos naturais (re) significam a região enquanto lugar.

Palavras-Chave: Rio Guaporé; Aspectos socioeconômicos; Espaço; Relações socioespaciais**Abstract**

¹ Programa de Pós-Graduação em Geografia. Universidade do Estado de Mato Grosso. carlinhoskacau@hotmail.com ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6175-6408>

² Programa de Pós-Graduação em Geografia. Universidade do Estado de Mato Grosso. josecarlosgeografia@gmail.com ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3336-5378>

³ Programa de Pós-Graduação em Geografia. Universidade do Estado de Mato Grosso. profamericarlosbampi@gmail.com ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3410-9376>

The way people appropriate and organize themselves in space is not disassociated from the natural attributes that surround them as well as from the sociocultural and historical elements that constitute them. In this regard, nature and cultural attributes are essential variables for understanding the ways of appropriation and ways of life of people in space. From this context, this study aimed to analyze the connections and socio-spatial relationships established by the residents of Village of Fishermen, located on the right bank of the Guaporé River, in Vila Bela da Santíssima Trindade-MT, to then verify the role played by the rhythm of the river's waters in triggering the socioeconomic aspects of this community. As a methodological procedure, these steps were followed: a) theoretical basis carried out through a bibliographic review that outlined plausible research to support this discussion; b) carrying out oral interviews and open questionnaires; c) participant observation to get know the reality of the habitants and taking impressions. The results showed that, in Village of Fishermen, the Guaporé River is the main articulator of the individual and community way of life. Therefore, the seasonality of the water regime directly interferes with the way habitants organize their sociocultural and economic relations in this spatiality, since the natural attributes (re)signify the region as a place.

Keywords: Guaporé River; Socio Economic aspects; Space; socio-spatial relations

INTRODUÇÃO

A região do Guaporé, localizada na fronteira oeste do Estado de Mato Grosso, constitui-se como um local profícuo para a realização de análises geográficas. Nesse contexto está Vila Bela da Santíssima Trindade-MT.

No perímetro urbano desse município vivem os moradores da Vila dos Pescadores, na margem direita do Rio Guaporé. São considerados moradores pertencentes a uma “população tradicional” (FILHO, 2008). O termo é elucidado no Decreto 6.040, de 7 de fevereiro de 2007, para se referir às pessoas que fazem parte de:

Grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição. (BRASIL, 2007, Art. 3).

De maneira análoga ao Decreto, Coelho (2017) acrescenta que o termo populações tradicionais é:

(...) uma categoria de diferenciação que abarca identidades coletivas tradicionais que também possuem uma identidade histórica, uma continuidade sociocultural,

que se relacionam de forma muito íntima com o território e o meio ambiente, mas que não são ou não se reconhecem como indígenas. (COELHO, 2017, p.21).

Como se pode depreender nos excertos, esses povos desenvolvem suas práticas individuais e coletivas estritamente relacionadas ao meio ambiente. O respeito desses povos com a natureza é desmedido, assim, colaboram com a preservação desses territórios e a manutenção da biodiversidade. Com relação a isso, Almeida (2007, p.12) destaca que vários grupos são considerados populações tradicionais, por exemplo: “quilombolas, seringueiros, ribeirinhos, pescadores artesanais, quebradeiras de coco babaçu, castanheiros, faxinalenses, geraizeiros e piaçabeiros dentre outros”.

Os moradores da Vila dos Pescadores são ribeirinhos que, nas palavras de Lima (2004), constituem um grupo de população tradicional que tem suas identidades e práticas sociais vinculadas aos recursos naturais, como o rio. Sob o mesmo ponto de vista, Corrêa (2008) entende que o termo “ribeirinho” define aqueles que permaneceram às margens dos rios. Sobretudo, faz referência às pessoas geralmente afetadas pelas negligências políticas e sociais.

Dadas essas considerações, o objetivo deste trabalho foi analisar os vínculos e as relações socioespaciais estabelecidas pelos moradores da Vila dos Pescadores, para então verificar o papel desempenhado pelo ritmo das águas do Rio no desencadeamento dos aspectos socioeconômicos da comunidade. Metodologicamente, trata-se de um estudo bibliográfico, com períodos a campo, de abordagem quali-quantitativa que gerou dados a partir de diversos instrumentos, como: observação participante, fotografias, questionários e entrevistas semiestruturadas.

METODOLOGIA

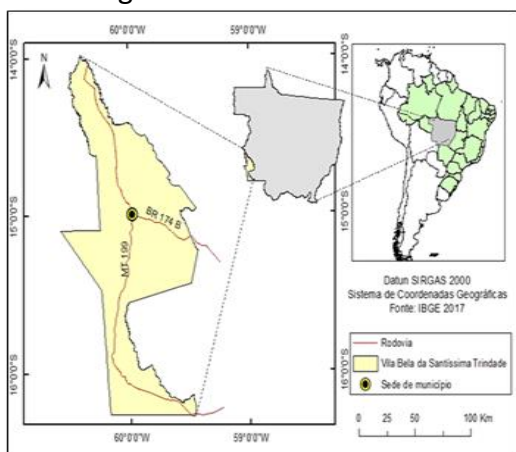
Os procedimentos metodológicos foram executados em etapas. Inicialmente, a partir de uma pesquisa bibliográfica, realizou-se um levantamento de discussões teóricas relacionadas à problemática em livros, artigos, teses e dissertações. Em seguida, foram realizadas observações *in loco*. Este último procedimento se estendeu por toda pesquisa sendo realizado em períodos distintos, entre os anos de 2015 a 2017, obedecendo à sazonalidade do ritmo das águas do Rio Guaporé, e se estendia durante toda a semana.

Em campo, por meio da pesquisa participante, foram realizadas observações visuais a partir da captação de fotografias; conversas informais relacionadas ao cotidiano, à comercialização do pescado, aos preços atribuídos às espécies consideradas nobres e raras e, também, espécies mais simples e acessíveis. Realizou-se, ainda, entrevistas por aplicação de questionário semiestruturado. Por fim, efetuou-se o trabalho de gabinete em que se estabeleceu a correlação e análises dos dados que culminou na produção do presente artigo.

VILA DOS PESCADORES: FORMAÇÃO E CONTEXTO SOCIOECONÔMICO

A Vila dos Pescadores, situada em Vila Bela da Santíssima Trindade-MT, está localizada na margem direita do Rio Guaporé, especificamente, no km 75 da BR 174-b, como se pode visualizar nas Figuras 1 e 2.

Figura 1: Área de estudo.



Fonte: Silva (2017, p.16)

Figura 2. Vista área da Vila dos Pescadores



Fonte: Silva (2017, p.28)

Segundo os dados obtidos por meio das entrevistas realizadas com os moradores, o local onde a Vila se constituiu foi, entre as décadas de 1970 e 1980, um ponto de encontro de viajantes que visitavam um estabelecimento comercial instalado próximo da ponte do Rio Guaporé, cuja proprietária se chamava Maria Luiza.

Conforme Silva (2017), a localização estratégica — margem do Rio e no perímetro urbano da cidade) — vinculada às atividades desenvolvidas ao redor do estabelecimento comercial, fez daquele

lugar um ponto de encontro popularmente frequentado por pessoas que moravam no perímetro urbano e arredores da cidade, como: mascates, trabalhadores rurais, trabalhadores do porto/ancoradouro, etc. Segundo dados obtidos a partir das narrativas dos moradores antigos de Vila Bela da Santíssima Trindade-MT, o estabelecimento era um ambiente de muitas movimentações, pois, foi utilizado como ancoradouro, local de embarques e desembarques, ponto de alimentação, de bebida, etc. Após alguns anos, Maria Luiza mudou-se para Cáceres no fim da década de 1980 e encerrou as atividades do seu comércio. Adiante, novos proprietários deram continuidade às atividades do estabelecimento.

Nos primeiros anos de ocupação definitiva por pescadores, a Vila chegou a contar com 35 famílias, com um aglomerado populacional de 117 moradores. Atualmente, há 16 moradias e uma sede da Colônia de Pescadores Z-13 que é vinculada à Colônia de Pescadores Z-2 da cidade de Cáceres-MT. Apenas 11 famílias habitam as casas, totalizando 33 moradores. A maioria deles são oriundos de outros estados. Nesse local, há apenas uma família cujos genitores são vilabelenses de nascimento; estes também são os moradores mais antigos, com mais de 20 anos residindo na comunidade.

Conforme dados elucidados nas entrevistas, todas as famílias que residem na Vila possuem forte ligação com o Rio Guaporé, principalmente, por conta da atividade pesqueira de subsistência e comercial.

A pesca na modalidade profissional é praticada pelos chefes de família visando a comercialização do pescado. Já a de subsistência se configura como uma atividade mais direcionada às crianças e/ou mulheres não associados à Colônia Z-2. Trata-se de uma atividade rotineira destinada à alimentação diária da comunidade. Na atividade profissional, alguns pescadores viajam dias e até centenas de quilômetros chegando ao Estado de Rondônia para desenvolver a atividade pesqueira. Este é o caso, por exemplo, de um senhor popularmente conhecido como Ceará e sua esposa Dona Linda.

Como dito anteriormente, a filiação dos pescadores à Colônia Z-2 os proporciona, além de uma proteção coletiva, importantes orientações comerciais para a venda do pescado. Entretanto, apesar dos orientativos referentes ao preço da mercadoria, os ribeirinhos afirmam que há uma

flexibilidade institucional que os permitem ter liberdade para valorar seus produtos, conforme demanda, contexto e cliente. Tal informação pode ser visualizada no Quadro 1, que versa sobre a organização coletiva em torno dos aspectos econômicos.

Quadro 1: A organização coletiva em torno dos aspectos econômicos.

Pergunta	Respostas frequentes	
	Sobre a interferência da Associação	Sobre a possível interferência no valor do pescado comercializado
<i>Como a organização coletiva (associação) interfere ou não no atendimento dos interesses econômicos, no que se refere aos valores cobrados na comercialização do pescado?</i>	Todos os pescadores têm direito a vender o peixe no valor que achar justo, mas a maioria vende com os preços iguais/Todos têm autonomia em relação à venda do peixe, mas sempre mantém o valor igual/Autonomia para alcançar um preço justo/ Todo peixe é pesado e comercializado pelo próprio pescador, a Colônia recolhe somente uma taxa mensal referente ao INSS".	Existe um acordo para o valor ser consensual, mas todos têm autonomia em relação aos preços/É uma escolha coletiva, mas também tem autonomia em relação ao valor da venda/Autonomia em relação ao valor, porém, sempre com respeito para que os outros pescadores não saiam prejudicados/O pescador tem autonomia na escolha do preço, mas o que vigora é um consenso em relação ao valor

Fonte: Silva (2017, p.47).

É preciso ressaltar, ainda, que no conjunto das respostas demonstradas, as expressões “autonomia” e “consenso” são recorrentes. De acordo com Martins (2002), a ideia de autonomia aparece na literatura acadêmica geralmente vinculada ao contexto de participação social e, às vezes, combinada a ideia de ampliação da participação política. Assim, o exercício da autonomia está diretamente relacionado à própria construção da democracia. Para Martins (2002) isso remete às teorizações de Rousseau, cujo o princípio inspirador do pensamento democrático sempre foi a liberdade entendida como autonomia.

Por outro lado, a ideia de consenso está relacionada a duas acepções: a primeira se vincula a conotação de um acordo geral entre os membros de um grupo ou comunidade. A segunda se relaciona à prática de proceder tais acordos. Segundo o Michaelis Dicionário Brasileiro de Língua Portuguesa, consenso é, em primeiro lugar, "Concordância ou unanimidade de opiniões, raciocínios, crenças, sentimentos, etc. em um grupo de pessoas; decisão, opinião, deliberação comum à maioria ou a todos os membros de uma comunidade" (MICHAELLIS, 2023, *online*).

Nessa ótica, destaca-se que as relações econômicas estabelecidas entre os pescadores e a Associação são exitosas, visto que ela os orienta e oferece diversas estratégias de comércio, sobrevivência e preservação ambiental. Depreende-se, portanto, que as relações econômicas dos pescadores acontecem em um espaço democrático.

Ressalta-se que a coletividade representa um importante indicativo de unidade e cooperação. Isso pode ser observado em uma das respostas demonstradas no Quadro 1, em que um dos informantes afirma que todo pescador tem “autonomia em relação ao valor, porém, sempre com respeito para que os outros pescadores não saiam prejudicados. -Informação verbal”. A partir disso, autonomia e consenso se entrelaçam e culminam com a materialização da comunidade, que busca um bem comum. A seguir, a Tabela 1 discorre sobre o público alvo da comercialização do pescado.

Tabela 1: público alvo da comercialização do pescado em porcentagens.

Público de destino	Quantidade do pescado destinado em (%)
<i>Atravessador/Consumidor direto</i>	20%
<i>Restaurante/ Consumidor direto</i>	60%
<i>Consumidor direto</i>	20%

Fonte: Silva (2017, p.48)

Conforme a Tabela 1, 80% do pescado atinge o consumidor direto e/ou os restaurantes da região. Segundo verificação *in loco*, além de abastecer o comércio de alimentação de Vila Bela da Santíssima Trindade, considerada cidade turística por seus atrativos culturais e naturais, o produto da Vila dos Pescadores é comercializado também em outros municípios da região e até fora do estado de Mato Grosso.

Quanto aos valores, algumas espécies consideradas mais nobres e mais raras são procuradas com mais frequência, portanto, são exponencialmente valoradas, como: Tambaqui, Pintado/Surubi, Cachara, Matrinchã e Tucunaré. Esses peixes foram vendidos no ano de 2017 entre R\$ 15,00 a R\$ 18,00 o quilo, ou seja, variava em torno de 1.60% e 1.92% do valor do salário mínimo que na época era R\$ 937,00. Hoje, o valor do salário mínimo é R\$ 1212,00, conseqüentemente, o valor do pescado também aumentou. Ainda assim, há outras espécies periodicamente solicitadas

pelos consumidores, porém, são consideradas simples devido à facilidade de encontra-las e capturá-las, como é o caso da Traíra, da Piranha e do Piau que, em 2017, eram vendidos por RS 10,00 o quilo.

Dentro da lei da oferta e da procura em uma economia de mercado, geralmente, os valores podem variar conforme a procura e a disponibilidade do produto no mercado. Nesse caso, os peixes nobres têm maior oscilação no preço. Conforme os dados, no que diz respeito às preocupações encontradas no processo de comercialização do pescado, sobressaem, em primeiro plano, inquietações relacionadas à concorrência que chamam de “desleal”, desencadeada pela prática de pescadores amadores não legalizados e pela piscicultura. Tais preocupações anotadas como dificuldades dos pescadores podem ser evidenciadas nas palavras do senhor Adão Sampaio de, 41 anos, 13 deles dedicados à pesca. Ele afirma que “há dificuldades relacionadas ao valor do pescado quando o pescador não é profissional. Há também a concorrência com tanques. – Informação verbal”. De modo complementar, outros dois moradores corroboram as informações do senhor Adão, quando dizem que:

[Excerto 1] “Há concorrência clandestina e a presença de tanques” (Miguel Ângelo, informação verbal).

[Excerto 2] “Há concorrência com vendedores clandestinos” (Eugênio Lopes)

[Excerto 3] “Há concorrência com tanques e pescadores clandestinos” (Luiz Miranda, informação verbal)

[Excerto 4] “Existe a concorrência de pescadores amadores e tanques. Isso ocorre por que na cidade falta emprego e, então, todo mundo pesca e vende barato” (Eulinda Leite, informação verbal).

Como se pode verificar, o trabalho clandestino e o descaso governamental são expoentes que desfavorecem as atividades dos moradores da Vila. Nesse sentido, as palavras de João Fernandes, 64 anos de idade, assim esclarecem: “há problemas com a demanda local, falta de feiras livres e também concorrência de tanques. – Informação verbal”.

O PESCADOR RIBEIRINHO NA VILA DOS PESCADORES E O CONTEXTO SOCIOPOLÍTICO

O pescador ribeirinho é o sujeito que sobrevive da pesca e se organiza às margens dos rios, seus modos de vida se caracterizam, sobretudo, pela relação com o lugar, particularmente, pela forma como vive e se relaciona com a diversidade dos ecossistemas regionais (SCHERER, 2002). De

acordo com Maybury-Lewis (1999, p. 33), esse grupo de pessoas necessita “tanto da terra de trabalho para a agricultura de subsistência, quanto do seu acesso às águas de trabalho, onde desenvolvem atividades da pesca, uma fonte importante de proteína e principal dieta alimentar do ribeirinho”.

Por esse prisma, Mendonça *et al.* (2007, p.94) defendem que “o rio constitui a base de sobrevivência dos ribeirinhos, fonte de alimento e via de transporte, graças, sobretudo às terras mais férteis de suas margens”. Logo, a produção dessas comunidades se baseia no trabalho dos próprios pescadores, por meio de atividades que empregam poucos recursos tecnológicos e, em muitos casos, a pesca ainda é artesanal. Esses grupos ainda cultivam pequenas roças, compostas por produtos que são empregados na alimentação. Frente a isso, Ferreira (1995) destaca que pescar para o homem da beira do rio é mais que uma opção de trabalho, é seu referencial básico.

As comunidades ribeirinhas são formadas por indivíduos que vivem às margens dos rios, possuem modos de vidas específicos, relações mais harmônicas com a natureza e seus ciclos. Segundo Mendonça *et al.* (2007, p.94) “em tais populações, ocorre uma constante difusão de saberes através das gerações como forma de eternizar a identidade do grupo” Para Santana (2013), o ribeirinho instala-se às margens dos rios, onde organiza seu espaço e seu modo de vida desenvolvendo permanentemente uma relação próxima com a natureza. Essa relação se materializa em diversas cenas cotidianas, como a conservação do solo, da água, da fauna e da (SANTANA, 2013).

Para se compreender o contexto dos ribeirinhos, torna-se pertinente resgatar as palavras de Chaves (1990, p.25), quando diz que “é necessário analisar não só a sua identidade cultural, conforme a conotação atribuída pelos de fora de seu meio, mas também a dimensão política dessa identidade a partir dos valores que ele atribui a essa denominação”. Complementarmente, Scherer (2004), esclarece que:

O ciclo sazonal regula estritamente as atividades de agricultura e pesca dos Povos das Águas. As chuvas dificultam fortemente as atividades de agricultura de subsistência, fica impossível bem como as atividades de pesca. Assim como a lida com os animais. O modo de vida desses grupos humanos está condicionado ao ciclo da natureza, pois o fenômeno da enchente e da vazante regula em grande parte o cotidiano ribeirinho, de tal modo que o mundo do trabalho obedece ao ciclo sazonal quando desenvolvem as atividades de extrativismo vegetal, agricultura, pesca e caça. (SCHERER, 2004, p.3).

A partir do excerto, é possível dizer que as identidades dos ribeirinhos, bem como suas atividades cotidianas, são alicerçadas pela natureza e pelo social. A respeito disso, Ferreira (1995, p. 20) afirma que “os povos ribeirinhos tecem, ao longo da sua história, relações diretas entre os indivíduos”. Sendo assim, Arruda *et al.* (2014) acreditam que essas relações asseguram a satisfação das necessidades individuais e coletivas dos ribeirinhos, desde as mais básicas, até as mais complexas. Ademais, Silva (2017, p.31) complementa que “grandes transformações no meio ambiente local, como, por exemplo, a instalação de empreendimentos como usinas hidrelétricas, agronegócio e empresas mineradoras provocam também, grandes alterações na vida das comunidades ribeirinhas”.

Queiroz (2006, p.733) menciona que em virtude dessas transformações socioambientais os ribeirinhos são obrigados a abandonar suas atividades produtivas, em especial a pesca que depende diretamente das proximidades dos rios. Afetando diretamente as ações relacionadas ao transporte destas comunidades, que passam a conviver com grandes restrições, que por sua vez afeta a realização dos ritos e as práticas religiosas.

De acordo com Scherer (2002):

Os ribeirinhos mais idosos, observam que na sua juventude era possível capturar peixes para a família inteira, durante a madrugada, com instrumentos artesanais simples, tais como: a linha e o anzol, tarrafa, arpão, arco e flecha. Havia fartura de peixes a tal ponto de poderem escolher, optando por peixes considerados nobres na dieta regional ou para os peixes menos nobres. (SCHERER, 2002, p.4).

A realidade narrada pelos pescadores idosos se difere da vivenciada atualmente. Isso se dá por diversos fatores, como: o empobrecimento da fauna, poluição, alterações no curso do rio, crescimento da cidade e não valorização da cultura popular das populações tradicionais. Isso propicia um distanciamento entre o pescador e o rio e, conseqüentemente, o rompimento de sua relação biosocioafetiva. Esse distanciamento provoca alterações nos hábitos alimentares, nas formas de lazer e, até mesmo, nos modos de representações do imaginário dos ribeirinhos.

Frente a essas considerações, torna-se pertinente olhar para o sujeito da Vila dos Pescadores no contexto da sua vida em comunidade, considerando que a sua identidade é constituída também pelo contexto das águas dos rios que o auxilia em sua organização social e

política na comunidade. No âmbito da Geografia Cultural, o conceito de comunidade aparece exemplificado nas palavras de Claval (1999), quando diz que:

A vila tradicional de uma sociedade agrária sedentária aparece como modelo de comunidade localizada. Nasce das frequentações múltiplas impostas pela coabitação. Os estilos de vida são semelhantes, o auxílio mútuo fácil[...] (CLAVAL, 1999, p. 116).

Na Vila dos Pescadores, o sentido de comunidade é principalmente atrelado ao conceito de harmonia, visto que a forma de convivência entre os moradores é tranquila, pois são vizinhos há anos, compartilham e vivenciam um modo de vida intrínseco às dinâmicas do Rio Guaporé. Os dados obtidos nas entrevistas e na observação participante da rotina da Vila permitem inferir que o bom convívio comunitário é o que sustenta a organização política do local. Ou seja, a harmonia da comunidade é uma base importante para as relações políticas com o ambiente externo, implicando diretamente na vida daqueles pescadores. As respostas das entrevistas denotam essa relação entre vida comunitária e organização política e estão expressas no Quadro 2.

Quadro 2: Entrevistas, em relação ao convívio e organização social vila dos pescadores.

Asserções mais comuns relacionadas ao convívio social	Asserções mais comuns relacionadas à organização política
Todos se respeitam e se ajudam/ Convívio de forma tranquila, todos se respeitam/ Todos se ajudam e se respeitam/ Todos vivem bem, se respeitam e ajudam um ao outro/ Harmonia.	Conscientização do pescador/ Sempre fazemos reuniões para repasses de informações, diálogos e acordos quando necessário

Fonte: Silva (2017)

O marco da organização política dos moradores da Vila é a afiliação à Colônia Z-2, com sede na cidade de Cáceres, que responde por grande parte do conjunto de pescadores da Região Sudoeste de Mato Grosso. Essa afiliação é uma forma de garantir seguros sociais aos pescadores. De acordo com Medeiros (1999), a organização social dos pescadores no território brasileiro ocorre a partir de 1919 como uma ação do Estado, a partir da criação das Colônias dos Pescadores. Essa estrutura organizacional é estabelecida em ordem hierárquica do nível federal às organizações regionais. Assim, de forma verticalizada, está estruturada em Confederação Nacional de Pescadores, Federação Estadual e Colônias.

De acordo com Costa (2009), após a promulgação da Constituição de 1988, as Colônias de Pescadores foram equiparadas aos sindicatos urbanos, incluindo aí os princípios de livre organização. Para o autor, no Estado de Mato Grosso, as Colônias de Pescadores foram fundadas no início da década de 1980 pela Superintendência de Desenvolvimento da Pesca (SUDEPE) que veio a ser extinta dando origem ao Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF), a Superintendência de Desenvolvimento da Borracha (SUDEVEA) ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA). Atualmente, são 10 colônias em Mato Grosso, sendo: Colônia de Pescadores Z-1 em Cuiabá, Z-2 em Cáceres, Z-3 em Rondonópolis, Z-4 em Nobres, Z-5 em Barão de Melgaço, Z-7 em São Félix do Araguaia, Z-8 em Santo Antônio do Leverger, Z-9 em Barra do Garças, Z-10 em Barra do Bugres, Z-11 em Poconé, Z-13 em Rosário Oeste e Z-16 em Sinop e região (MEDEIROS, 1999).

De acordo com Façanha e Silva (2017), a Colônia de Pescadores Z-2 auxilia filiados e residentes em duas bacias hidrográficas: a do Alto Rio Paraguai, onde a atividade de pesca é desenvolvida no Rio Paraguai, seus afluentes e a bacia do Alto Rio Guaporé, onde a pesca é desenvolvida principalmente no Rio Guaporé, com uma coordenação da colônia em Vila Bela da Santíssima Trindade.

Todos os pescadores e pescadoras chefes de família pertencentes àquela comunidade estão associados à Colônia Z-2 com sede em Cáceres. Entre os entrevistados, apenas 01 (um) componente mencionou participar de outra associação, denominada “Quilombo”.

O ASSOCIATIVISMO NA VILA DOS PESCADORES: RAZÕES, VANTAGENS E ENGAJAMENTO

Conforme os dados da pesquisa, os pescadores consideram importante estarem vinculados a uma associação e as razões apontadas por eles denotam, no geral, a necessidade de proteção social e econômica. O Quadro 3 exibe informações pertinentes relacionadas às razões, às vantagens e também ao nível de envolvimento entre a associação e os ribeirinhos.

Quadro 3: razões e vantagens do vínculo associativista (colônia z2)

Respostas frequentes sobre as razões e vantagens do vínculo associativista (Colônia Z2)		
Razões	Vantagens	Nível de engajamento da comunidade com a Associação
Os incentivos dados ao pescador / A associação está sempre em busca de melhorias para o pescador / Já pescava antes e me profissionalizei para pescar de maneira legal e evitar confusão.	Estar na legalidade, informação, etc./ Seguro social em caso de doenças e direitos trabalhistas/ Seguro e legalidade/ Estar na legalidade e direitos trabalhistas assegurados / Seguridade social/ Proteção das Leis trabalhistas e segurança em caso de doenças e acidentes/ Garantir aposentadoria/ Seguridade social e facilidade na venda do pescado.	80% dos entrevistados participam de todas as atividades inerentes à Associação, tais como reuniões para repasse de informações, reflexões e tomada de decisões/ 20% participam de apenas algumas atividades.

Fonte: Silva (2017, p.43).

Diagnosticou-se dois pontos principais, sendo o primeiro relacionado à seguridade do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), já o segundo diz respeito ao período de defeso, em que a pesca é proibida

Os dados expostos no Quadro 3 apontam que os ribeirinhos veem na Associação uma forma de garantir algumas vantagens econômicas e sociais. Na perspectiva econômica, a participação na Associação é uma forma de conseguir renda em situações controversas, como no período de defeso e em casos de doenças e acidentes. No aspecto social, fortemente ligado ao fator econômico, a filiação é vista como uma forma eficaz de garantir seguridade social, especialmente, junto ao INSS para a garantia da aposentadoria.

Outra vantagem apontada pelos dados diz respeito à legalização e à institucionalização da profissão pescador, possibilitando, assim, o seu livre exercício. Isso pode ampliar as possibilidades de acesso ao comércio e possíveis linhas de crédito, sendo, portanto, uma forma do sujeito pescador se visibilizar no contexto social e político local. Assim, para eles, participar ativamente da associação é uma forma de manter a legalidade da profissão e a obtenção de direitos trabalhistas. Neste sentido, 80% dos entrevistados afirmaram participar de todas as atividades inerentes às informações de pautas, reflexões e tomadas de decisões que acontecem na Associação. Do total, 20% dos participantes afirmaram participar de apenas algumas atividades.

O PERÍODO DE DEFESO E AS (RE) ARTICULAÇÕES SOCIOECONÔMICAS

O período de defeso, também chamado de piracema, é o lapso temporal em que a pesca fica proibida nos rios mato-grossenses com a finalidade de assegurar a reprodução dos peixes e, assim, garantir a manutenção das espécies. Conforme a Lei nº 11.959 “o defeso é a paralisação temporária da pesca para a preservação da espécie, tendo como motivação a reprodução e/ou recrutamento, bem como paralisações causadas por fenômenos naturais ou acidentes.” (BRASIL, 2009, Art.2). Nesse período, o Governo Federal, por meio da Colônia de Pescadores, disponibiliza um benefício denominado “Seguro defeso”, que corresponde ao valor de um salário mínimo para ajudar os pescadores (PINTO, 2010).

Costa (2009) se refere à piracema como um período de desova dos peixes, quando nadam contra a correnteza para a desova e reprodução. Segundo o autor, a palavra “piracema” é originária da Língua do Tupi e significa "saída de peixes", expressão utilizada pelos indígenas para descrever esse fenômeno que ocorre há milhares de anos. Temporalmente, na maior parte do Brasil, nesse caso o Estado de Mato Grosso, a piracema coincide com o período das chuvas de verão que ocorrem entre os meses de novembro a fevereiro. Tal evento é fundamental para a preservação da piscosidade nas águas de rios e lagoas. Portanto, a proibição é uma estratégia para a prevenção de impactos provocados pela pesca abusiva (COSTA, 2009).

No decorrer dos anos, têm sido recorrentes os descontentamentos por parte dos pescadores devido à má administração dos órgãos responsáveis pela fiscalização no período da piracema e pelo pagamento do Seguro Defeso, como o Governo Federal por meio do Ministério do Trabalho e a Secretaria de Meio Ambiente de Mato Grosso (SEMA). Isso ocorre devido a vários fatores, como a distinção de competência entre o órgão responsável pelo pagamento do Seguro (governo federal) e o que fiscaliza a proibição (SEMA); competências distintas entre os órgãos federal e estadual; burocracia enfrentada no andamento dos documentos, somados à deficiência na troca de informações.

Conforme os relatos dos colaboradores da pesquisa, o pagamento é frequentemente depositado após os primeiros meses da piracema. Isso obriga os pescadores a buscarem meios alternativos e emergenciais para a geração de renda, causando vários transtornos. Além desse

problema, os ribeirinhos apontam outras questões, como a incompatibilidade do calendário da piracema seguido pela Secretaria de Meio Ambiente, visto que ele não corresponde verdadeiramente ao período de defeso da região do Alto Guaporé. No Estado de Mato Grosso, a Piracema começa no início de outubro e vai até final de janeiro, entretanto, segundo os pescadores, em setembro já é possível encontrar peixes com ovas. Sendo assim, as narrativas dos moradores descortinam a necessidade de maiores estudos para corrigir esse equívoco.

Assim posto, pode-se afirmar que o modo de vida dos pescadores e a sua (re) organização no espaço é ditado pelo ritmo das águas e seu conjunto ecobiótico. Portanto, em função da sazonalidade na dinâmica das águas (cheia e vazante), o tempo de pesca é determinado, revelando diferentes momentos na vida dos pescadores. Em certo período há o vaivém das embarcações, a procura de iscas, subida e descida nos rios, a comercialização de peixes. Em outro, é hora de restaurar as embarcações, recompor instrumentos de pesca, fazer algumas reparações nas suas residências, mas, também, garantir a sobrevivência por meio de outras fontes alternativas de renda.

Frente ao exposto, é pertinente destacar que, na Vila dos Pescadores, apenas um casal sobrevive exclusivamente da pesca. Isso se dá, pois, um deles já recebe aposentadoria do INSS e isso não lhes impõem a necessidade de procurar outras fontes de sobrevivência em caso de atrasos no recebimento do seguro defeso. Na comunidade, 60% dos pescadores entrevistados responderam exercer outra atividade complementar à pesca para sobrevivência. São atividades diversas e que remontam às suas antigas práticas laborais, àquelas exercidas antes da atividade profissional como pescador. Assim, conforme o Quadro 4 passam a trabalhar em pequenas construções, limpezas de terrenos, principalmente, em fazendas da região onde se ocupam com a criação de gado bovino que é a principal atividade econômica do município.

Quadro 4: outras atividades complementares no sentido de geração de renda.

Pergunta	Respostas frequentes
Possui outras fontes alternativas de renda? Caso afirmativo, qual?	Faço diárias em fazenda/ Faço diárias como pedreiro, em fazenda, etc.../ Faço diárias do tipo trabalho braçal, como limpeza em caixa d'água / Em período de pesca fechada, vendo farinha de mandioca e faço diárias em fazendas

Fonte: Silva (2017, p.56).

Diante das respostas elencadas no Quadro 4, é importante observar que que uma das alternativas encontradas pelos pescadores para geração de renda se realiza na própria comunidade e envolve saberes vinculados à tradição do lugar. É o caso da produção de farinha, cuja matéria-prima se planta na região. Ou seja, esta atividade denota um aspecto importante da vida no lugar com a dinâmica das águas, neste caso, época de plantio e colheita da mandioca obedece à sazonalidade da cheia e vazante do Rio Guaporé. Esse fato reforça, ainda, como o circuito das águas organiza as práticas econômicas no tempo/espaço dos ribeirinhos.

Outro aspecto importante nesta análise sobre o papel da dinâmica do rio na organização socioeconômica dos moradores da Vila dos Pescadores, está no modo das construções das casas ilustradas na Figura 3.

Figura 3: Etapa inicial de construção (A) e (B) casa finalizada, pronta para receber mais uma família na Vila dos Pescadores



Fonte: Silva (2017, p.58)



Fonte: Silva (2017, p.58)

Essas moradias são construídas em forma de palafitas e adaptadas à sazonalidade das águas. Assim sendo, as relações econômicas pautadas no ritmo das águas demonstram períodos em que a

comunidade se volta para atividades mais externas e anuncia outro aspecto bastante relevante: a coabitação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir dos dados coletados, verificou-se que o Rio Guaporé é um elemento dinamizador das práticas sociais dos moradores da Vila dos Pescadores, os quais preservam saberes, crenças e valores importantes para constituição da história e da cultura vilabelense, como a arte da construção de pequenas embarcações e as técnicas ancestrais de pesca. Assim, a continuidade das atividades pesqueiras da comunidade é, sobretudo, uma garantia da preservação da cultura e identidade ribeirinha presentes no Alto Guaporé.

Os aspectos evidenciados nessa pesquisa adensaram os conhecimentos acerca das práticas socioculturais dos ribeirinhos de Vila Bela da Santíssima Trindade-MT e mostraram que é preciso (re) ler os espaços ocupados por populações tradicionais visibilizando os seus saberes desenvolvidos ao longo da história. Neste caso, o poder público, por meio da adoção de políticas públicas voltadas para comunidades tradicionais, tem papel fundamental nessas iniciativas. Entretanto, as políticas não podem acontecer de forma verticalizada, negligenciando os saberes e estratégias dos ribeirinhos, pelo contrário, devem ser dialogadas e contemplar as demandas e especificidades da comunidade. Ademais, é preciso (re) ver a Vila como possibilidade e não como obstáculo que gera despesas ao erário, visto que ela possui potencial turístico e pode gerar renda aos moradores e não moradores.

Por fim, esse estudo contribui com a área da Geografia, especificamente, para a compreensão das dinâmicas socioculturais de populações tradicionais ribeirinhas e faz um convite para que novas pesquisas multidisciplinares possam ser realizadas no local e, assim, ajudar a descrever, catalogar e compreender ainda mais os fenômenos relacionados à relação entre o homem e o Rio Guaporé.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, A.W.B. Apresentação. *In*: NETO, S.J. (Org.). **Direito dos povos e das comunidades tradicionais no Brasil: declarações, convenções internacionais e dispositivos jurídicos definidores**

de uma política nacional. Manaus: UEA, 2007, p. 9-17. Disponível em: <https://bit.ly/3ZaxBdg>. Acesso em: 15 set. 2022.

ARRUDA, S. B. S.; ANDRADE, L. N. P. S.; SOUZA, C. A. CRUZ, J. S.; LEANDRO, G.R.S. Características socioeconômicas dos ribeirinhos no rio Paraguai, município de Cáceres, Pantanal Mato-Grossense – Brasil. **Geografia em Questão**, [S. l.], v. 7, n. 2, p. 162- 177, 2014. Disponível em:<https://bit.ly/3lvKM2v>. Acesso em:15 set. 2022.

BRASIL. Casa civil. **Decreto n.º 6.040, de 7 de fevereiro de 2007.**Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. Brasília: Presidência da República, 2007. Disponível em: <https://bit.ly/3vEbBtO>. Acesso em: 15 set. 2022.

BRASIL. Casa Civil. **Lei nº 11.959, de 29 de junho de 2009.** Dispõe sobre a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura e da Pesca[...]e dá outras providências. Brasília: Presidência da República, 2009. Disponível em: <https://bit.ly/3XtSejh>. Acesso em:15 set.2022.

CHAVES, M.C.C. **Iranduba: ribeirinhos na travessia produzida – análise de um projeto de Estado para populações rurais no Estado do Amazonas.**1990. Dissertação (Mestrado em Educação) - Fundação Getúlio Vargas, Instituto de Estudos Avançados em Educação, Departamento de Administração de Sistemas Educacionais. Rio de Janeiro, 1990.

CLAVAL, P. **A Geografia cultural.** Tradução de Luiz Fugazzola Pimenta e Margareth de Castro Afeche Pimenta, Florianópolis. Editora da Universidade Federal de Santa Catarina, 1999.

COELHO, M.D.D. **Propriedade Intelectual e Conhecimentos Tradicionais:** uma análise discursiva decolonial sobre o reconhecimento dos povos e comunidades tradicionais no ordenamento jurídico brasileiro sob a perspectiva dos direitos humanos. 2017. 251f. Dissertação (Mestrado Interdisciplinar em Direitos Humanos) - Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Direitos Humanos, Universidade Federal de Goiás, 2017.

CONSENSO. *In:* MICHAELLIS, Dicionário Brasileiro de Língua Portuguesa. São Paulo: Editora Melhoramentos, 2023. Disponível em: <https://bit.ly/3Qi7jSs>.Acesso em: 15 set. 2022.

CORRÊA, A.M.M. **Permanências e Mudanças Sociais numa Comunidade Ribeirinha: Colares.** 2008. 147f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Instituto de Ciências Sociais Aplicadas, Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Universidade Federal do Pará, Belém, 2008.

COSTA, R. V. **Percepção ambiental de pescadores do rio Teles Pires em Alta Floresta-MT:** um diálogo com a educação ambiental. 2009. 112 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Ambientais) - Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais, Universidade do Estado de Mato Grosso – UNEMAT, Cáceres, MT, 2009.

FAÇANHA, C. L; SILVA, C, J. Caracterização da Colônia de Pescadores Z2 de Cáceres em Mato Grosso. **Interações**, Campo Grande, MS, v. 18, n. 1, p. 129-136, jan./mar. 2017. Disponível em: [http://dx.doi.org/10.20435/1984-042x-2017-v.18-n.1\(10\)](http://dx.doi.org/10.20435/1984-042x-2017-v.18-n.1(10)). Acesso em: 15 set. 2022.

FERREIRA, M. S. F. D. **A comunidade de Barranco Alto: diversidade de saberes às margens do rio Cuiabá**. 1995. 138 f. Dissertação (Mestrado em Educação Pública) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Instituto de Educação, Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, MT, 1995.

FILHO, L.V.C. Populações Tradicionais. *In*: MACHADO, M.F.R.; FILHO, L.V.S.C.; AZEM, M. **Diversidade Sociocultural em Mato Grosso**. Cuiabá: Entrelinhas, 2008.p.68-91.

LIMA, D. M. Ribeirinhos, pescadores e a construção da sustentabilidade nas várzeas dos rios Amazonas e Solimões. **Boletim Rede Amazônia**, v. 3, n. 1, p. 57-66, 2004.

MARTINS, A. M. **Autonomia da escola: a (ex) tensão do tema nas políticas públicas**. São Paulo: Cortez, 2002.

MAYBURY-LEWIS, B. **Terra e Água: Identidade Camponesa como Referência de Organização Política entre os Ribeirinhos do Rio Solimões**. *IN*: FURTADO, L. (org.) Amazônia, desenvolvimento, sociodiversidade e qualidade de vida. Belém: Museu Emilio Goeldi, 1999, p.31-69.

MEDEIROS, H. Q. **Impactos das políticas públicas sobre os pescadores profissionais do Pantanal de Cáceres – Mato Grosso**. 1999. 217f. Dissertação (Mestrado em Ciências Ambientais) - Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais, Instituto de Geociências, Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, 1999.

MENDONÇA, M. S.; FRANÇA, J. F.; OLIVEIRA, A. B.; PRATA, R. R.; AÑEZ, R. B. S. Etnobotânica e o saber tradicional. *In*: FRAXES, T. de J. P.; PEREIRA, H. dos S.; WITKOSKI, A. C. (Orgs.). **Comunidades ribeirinhas amazônicas: modos de vida e uso dos recursos naturais**. Manaus: EDUA, 2007, p.91-105.

PINTO, I. M. J. **A (re) significação do lugar: comunidades de pescadores na cidade Manaus – AM**. 2010. 106f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Programa de Pós-Graduação em Geografia, Instituto De Ciências Humanas e Letras, Universidade Federal do Amazonas, Manaus, AM, 2010.

QUEIROZ, R.S. Caminhos que andam: os rios e a cultura brasileira. *In*: REBOUÇAS, A. C.; BRAGA, B.; TUNDISI, J.G. **Águas doces no Brasil: capital ecológico, uso e conservação**. São Paulo: Editora Escrituras, 2006, p.719-737.

SANTANA, F. A. Comunidades ribeirinhas na Amazônia: Relato de experiência. **Revista Científica Perspectiva Amazônica**, v. 1, p. 47-56, 2013.

SCHERER, E. O desafio da inclusão na Amazônia Ocidental. **Trilhas — Revista do Centro de Ciências Humanas e Educação**, Belém, v.3, n.2, p. 6-17, 2002.

_____. Mosaico Terra-Água: A vulnerabilidade social ribeirinha na Amazônia – BRASIL. *In*: VIII Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais, 8., 2004, Coimbra. **Anais do VIII Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais**, Coimbra: Centro de Estudos Sociais, Faculdade de Economia, Universidade de Coimbra, 2004, p.1-18. Disponível em: <https://bit.ly/3jZw9dA>. Acesso em: 15 set. 2022.

SILVA, J, C. **Vila dos pescadores em Vila Bela da Santíssima Trindade – MT**: Espaço de vivência e coabitação.2017.124f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de pós-Graduação em Geografia, Universidade do Estado de Mato Grosso, Cáceres, MT: 2017.